

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização,
Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do
Sector Rodoviário e Ferroviário**

26.^a Reunião
(2 de outubro de 2012)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (António Filipe) declarou aberta a reunião às 16 horas e 16 minutos.

Procedeu-se à discussão da calendarização e organização dos trabalhos da Comissão, assim como à votação de algumas propostas, tendo usado da palavra, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Emídio Guerreiro (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP) e Rui Paulo Figueiredo (PS).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16 horas e 58 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 16 horas e 16 minutos.

Srs. Deputados, começo por dar uma informação relativamente ao inquérito por escrito feito ao Prof. António Barreto. Fomos informados que o Prof. António Barreto se encontra fora do País e que só regressa no dia 10 de outubro, pelo que está impossibilitado de satisfazer a solicitação da Comissão no prazo legal, que é de 10 dias. Nesse sentido, informámos a secretária, presumo, que vamos aguardar que o Sr. Professor regresse e começaremos a contar o prazo a partir desse dia, de 10 de outubro e, portanto, terá até ao dia 20 de outubro para nos responder.

Tínhamos de fechar as audições da parceria público-privada (PPP) Fertagus, de resolver uma questão relativamente a um requerimento apresentado pelo Partido Socialista de uma acareação e, depois, de ver o nosso futuro relativamente às audições e às PPP seguintes.

Vamos começar, então, por ver as audições da Fertagus e depois vermos o problema da acareação.

Relativamente à Fertagus, temos ainda quatro nomes propostos: pelo PS — vou poupar-me aos títulos académicos — António Carmona Rodrigues, António Nunes Mexia e Francisco Seabra Ferreira e pelo PSD, além de António Nunes Mexia, Mário Lino.

Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, a proposta do PSD, relativamente a estas audições, é a seguinte: como já foi por diversas vezes acertado entre nós, temos também a possibilidade de inquirir algumas

das pessoas por escrito e, assim, como pensamos que é urgente fechar este *dossier* da Fertagus para podermos avançar para os outros — o prazo não para, continua sempre a contar —, entendemos que devíamos fechar este processo ouvindo dois dos responsáveis máximos das duas fases do processo, ou seja, que se fizesse a audição de António Mexia e de Mário Lino, e que os outros dois nomes propostos e que estão em cima da mesa fossem inquiridos por escrito.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, queiram pronunciar-se.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O CDS subscreve a proposta

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, em relação ao ex-Secretário de Estado Francisco Seabra Ferreira, mantemos a nossa proposta de que ele seja inquirido presencialmente. Damos por boa a outra proposta de inquirição por escrito.

Em relação à adoção deste método, ou seja, de algumas inquirições serem feitas por escrito e depois de termos a resposta por escrito verificarmos se há ou não necessidade de ouvir a pessoa presencialmente, não temos nada a opor, antes pelo contrário.

Contudo, o ex-Secretário de Estado Francisco Seabra Ferreira tem sido reiteradamente falado. Ainda hoje foi abundantemente citado não só sobre a Fertagus, mas também sobre o Metro Sul do Tejo; foram referidas conversas sobre a mais-valia dos dois negócios para o Estado. Portanto, continuamos a entender que se justifica perfeitamente a sua presença.

Aliás, não o temos por escrito, porque a questão só foi hoje suscitada, mas entendemos que, face às declarações prestadas hoje na audição da Comissão de Inquérito, a sua vinda deveria ser para as duas parcerias público-privadas, Fertagus e Metro Sul do Tejo. Foi referido que, sobre o caso da Fertagus — e foi por isso que o chamámos —, elogiava muito o negócio Fertagus como um bom exemplo para o Estado e que, no caso do Metro Sul do Tejo, classificava-o como um negócio ruinoso para o Estado. Portanto, do nosso ponto de vista, como foi citado em discurso direto, mais se justifica que seja chamado presencialmente para as duas parcerias público-privadas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, presumo que estejamos entendidos relativamente à audição presencial dos ex-Ministros Mário Lino e António Mexia e também quanto à audição por escrito do ex-Ministro Carmona Rodrigues.

Portanto, só há uma questão em aberto, que é a do ex-Secretário de Estado Francisco Seabra Ferreira, visto que há a proposta de que seja ouvido para duas PPP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, como o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo acabou de dizer, a sugestão de também ouvir por escrito, e seguindo a proposta do coordenador do Bloco de Esquerda, depois das respostas por escrito, poderíamos reavaliar da necessidade ou não de, ainda assim, ouvir quem já tenha respondido por escrito.

Portanto, depois da resposta por escrito do ex-Secretário de Estado, poderemos — não sei se o Partido Socialista e o Partido Social Democrata

aceitam a proposta — avaliar se as respostas merecem crédito e se, ainda assim, a Comissão de Inquérito vê satisfeitas as suas dúvidas ou se, eventualmente, é necessário ouvi-lo. Será, depois, uma decisão da Comissão. Penso que perder a possibilidade de pelo menos o ouvir por escrito seria um erro.

A minha sugestão é a de que, para já, se mantenha a posição de o ouvir por escrito e depois deixar em aberto a possibilidade de o ouvir presencialmente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, daríamos por boa esta sugestão, para ser muito sincero, se — e não é nenhuma crítica aos serviços da Assembleia da República, que, com certeza, estão a trabalhar o melhor e o mais que podem — tivéssemos as atas em tempo útil para confrontar o ex-Secretário de Estado não só com o questionário global, mas com as citações diretas que têm sido aqui feitas e que o envolvem. Seria, por exemplo, bastante útil obter a citação de hoje e as gravações para o inquirirmos por escrito.

Como existe esse atraso, mantemos a proposta de o ouvir presencialmente. A maioria é soberana para deliberar como entender. Tiraremos as ilações políticas, naturalmente, dessa recusa.

Conhecemos as ligações que o ex-Secretário Francisco Seabra Ferreira tem não só a membros do Partido Social Democrata que estão nesta Comissão de Inquérito, assim como a altas figuras da direção do atual Partido Social Democrata. Não queremos crer que esta obstaculização, que

nem sequer percebemos, seja por esse motivo, mas, naturalmente, a maioria é soberana de votar como entender.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, já não estava a pensar fazer uma nova intervenção, mas o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo gosta de fazer destas coisas e isto está tudo registado.

Assim, como já foi dito várias vezes, queria sublinhar que o PSD não está a obstaculizar rigorosamente nada. O PSD está a definir uma estratégia, já várias vezes debatida, para que a Comissão de Inquérito avance.

Por isso, ao nível do grau de decisão em que este ex-Secretário de Estado esteve envolvido, numa primeira análise parece-nos ser suficiente inquiri-lo por escrito. Ele está a ser inquirido pela Comissão de Inquérito. Não é verdade o que o Partido Socialista pretende fazer crer, ou seja, que o PSD não quer que ele seja ouvido. Será ouvido por escrito, que é uma ferramenta que iremos, com certeza, usar muitas vezes daqui para a frente se quisermos concluir os nossos trabalhos.

Queria ainda dizer que também conhecemos muitas ligações de membros do Partido Socialista a ex-membros do Governo socialista, assim como a Polícia Judiciária, porque anda a visitá-los. Essa é uma coisa que a nós, de facto, não nos incomoda e não é por isso que preferimos neste momento ouvir esse senhor por escrito, sendo certo que a qualquer momento poderá ser ouvido presencialmente. Embora entenda que a proposta do Bloco de Esquerda — se o Sr. Presidente me permite avançar neste tema que já foi aqui aflorado — vai num sentido pouco diferente.

Mas discutiremos isso depois, aquando da calendarização das outras PPP para ver se de facto conseguimos que esta Comissão de Inquérito faça o seu trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrarmos este ponto e antes de passarmos à votação, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Só queria perceber, da parte do Sr. Deputado Emídio Guerreiro, se isto é uma doutrina fixa, ou seja, se todos os ex-Secretários de Estado vão ser inquiridos por escrito.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Coloco esta dúvida, porque o Sr. Deputado disse que era uma estratégia que o PSD tinha para a Comissão avançar.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não. O Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo tem esta habilidade imensa, que eu, de facto, não tenho, que é a de, conforme as conveniências, trincar e retirar frases do contexto.

O que eu disse foi que, neste momento, para este senhor, o ex-Secretário de Estado, é suficiente ouvi-lo por escrito. É esta a nossa proposta para fecharmos o *dossier* Fertagus e avançarmos para o *dossier* Metro Sul do Tejo, que penso ser o ponto seguinte que iremos debruçar, agendar e calendarizar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a proposta do PS para a audição presencial do ex-Secretário de Estado Francisco Seabra Ferreira.

Naturalmente que a votação é individual, cada Deputado tem um voto, mas, porque os Deputados presentes estão registados na folha de presenças, vou dar conta da votação em termos de partido.

Vamos, então, votar.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, registando-se a ausência do PCP e do BE.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Queria dizer que apresentaremos, por escrito, uma declaração de voto.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Fica registado. Depois, o Sr. Deputado entregará a declaração de voto.

Vamos votar, agora, a proposta do PSD para que a audição do ex-Secretário de Estado Francisco Seabra Ferreira seja por escrito.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, com votos contra do PS, registando-se a ausência do PCP e do BE.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, naturalmente, também entregaremos uma declaração de voto relativamente a esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Presumo que o sentido desta deliberação é o de que estas audições por escrito sejam feitas tendo em conta o questionário indicativo, que lhes será enviado para que se pronunciem.

Srs. Deputados, foi apresentada uma proposta do Partido Socialista para uma acareação a três, ou seja, entre o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Dr. Sérgio Silva Monteiro, a Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, Dr.^a Maria Luís Albuquerque, e o Presidente do Conselho de Administração da Metro Transporte do Sul, Eng.º José Luís Cardoso de Menezes Brandão.

Acabámos de receber, e foi distribuído aos Srs. Deputados, um ofício do Governo sobre esta questão, no sentido de clarificar o estado em que se encontra a renegociação. O Governo considera que o processo de revisão do contrato está em fase de finalização, existindo apenas uma questão pendente relacionada com a metodologia de contagem dos passageiros transportados. Portanto, por ser uma questão meramente técnica, o Governo entendeu que a sujeição do contrato de concessão não prejudicaria a conclusão das negociações em curso.

Peço aos Srs. Deputados que se pronunciem sobre se consideram que esta resposta é suficiente ou que a proposta de acareação se deve manter.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Registamos, em primeiro lugar, com agrado, que só à segunda vez — e, se calhar, a partir de agora, vamos todos ter de passar a seguir este método — que fazemos propostas em concreto usando todas as prerrogativas legais que estão ao dispor desta Comissão de Inquérito é que o Governo responde.

Já foi assim com o estudo da Ernst & Young, que andou a ser distribuído por todo o lado, desde julho até à data, pois só depois de o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda terem apresentado requerimentos por escrito a secundar os requerimentos orais é que foi entregue.

Estivemos também, mais ou menos desde a mesma altura, à espera de uma resposta do Governo sobre esta matéria, que só veio uma hora antes de iniciarmos esta reunião.

Agora, há um ponto que ficou claro desta resposta: que quem tinha dito a verdade sobre esta matéria era um depoente que esteve aqui presente e também o representante da empresa.

Depois, mais uma vez, percebemos — talvez seja parte da estratégia de fazer avançar os trabalhos desta Comissão, que há pouco, e muito bem, o Sr. Deputado Emídio Guerreiro referia — que estamos perante uma situação um pouco como as fatias de tarte ou de *pizza*, em que vamos cortando a fatia à vontade do freguês: para algumas situações prejudica os interesses do Estado e, portanto, não se pode ir a essas parcerias público-privadas; para outras já não prejudica. E, depois, temos aqui uma explicação criativa sobre o processo de negociação em curso: estava, não estava, parece que, afinal, está, mas há uns detalhes técnicos.

Bom, continuamos a entender que, uma vez que vamos entrar em detalhe nesta parceria público-privada, se justificava, em primeiro lugar, esclarecer detalhadamente qual é o ponto de situação e, portanto, mantemos a proposta, que, naturalmente, será sujeita à votação democrática desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, de facto, o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo não para de nos surpreender.

Quero associar-me à crítica inicial que fez, como, aliás, o PSD já fez em diversas reuniões desta Comissão de Inquérito, no que diz respeito ao atraso que o Governo teve no envio de diversos documentos, nomeadamente os que foram referidos, quer o estudo da Ernst & Young quer esta resposta que tinha já sido solicitada há algum tempo e que era bastante importante. Mas a verdade é que ela chegou e é bastante clara. Como, aliás, se intuía também da primeira resposta que o Governo enviou, quando indicou as parcerias que estavam ou não sob renegociação.

Claro está que, quando pretendemos encontrar factos dilatatórios, podemos evocar tudo. Contudo, o esclarecimento que o Governo agora deu diz-nos claramente que o que está em causa, o que está a negociar não impede que a Comissão Parlamentar de Inquérito faça o seu trabalho. Esta já era a perceção e a avaliação que tínhamos feito do primeiro ofício que o Governo enviou e agora, para nós, está, claramente, clarificado.

Nesse sentido, compreendemos que, do ponto de vista do jogo político-partidário, o Partido Socialista queira manter a acareação, mas pretendemos avançar para inquirir a parceria público-privada Metro Sul do Tejo. É essa a vontade do PSD e espero que seja a vontade da maioria desta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque não há tempo a perder. O tempo corre, como já disse há pouco, os dias vão passando e o que é importante, de facto, é que se calendarize o mais rapidamente possível as audições para inquirirmos sobre o Metro Sul do Tejo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, já tivemos oportunidade de discutir esta matéria em reunião de coordenadores.

Gostaria de dizer ao Partido Socialista que numa coisa estou de acordo: gosto de comer *pizza* cortada à minha maneira e segundo o meu pedido, e até é bom para o negócio quando se satisfaz a vontade do cliente.

De qualquer forma, pizzarias à parte, eu disse na reunião de coordenadores que, para o CDS, veríamos como boa a resposta do Governo de que não havia negociação em curso.

Mais: decorre em favor da Comissão de Inquérito, da urgência e da necessidade de avaliar esta concessão que, de facto, nenhuma estratégia dilatória, quer seja da parte da concessionária quer seja da parte do concedente, serviria para nós. Tendo aqui um reafirmar da parte do Governo — que é quem estamos aqui, no fundo, a avaliar — de que não há nenhuma negociação em curso ou o Partido Socialista está a fazer aqui uma tentativa de não avaliar esta concessão, querendo encontrar um expediente dilatatório, ou não vejo que haja razões para que não possamos aceitar esta resposta como boa, que reforça a primeira resposta. Como tal, queremos votar e começar a ouvir pessoas sobre esta concessão.

Portanto, para nós, a partir desta resposta, consideramos que não há nenhuma negociação em curso ou, embora haja — o Governo é claro —, a negociação que existe não impede nem mexe com nenhum dos princípios que queremos aqui avaliar nem com nenhuma audição ou avaliação que a Comissão de Inquérito possa vir a fazer. Nesse sentido, entendemos como boa nessa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, proceder à votação a proposta do Partido Socialista para a realização da acareação entre o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e

Comunicações, Dr. Sérgio Silva Monteiro, a Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, Dr.^a Maria Luís Albuquerque, e o Presidente do Conselho de Administração da Metro Transporte do Sul, Eng.º José Luís Cardoso de Menezes Brandão.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, registando-se a ausência do PCP e do BE.

O Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo informou a Mesa que os Srs. Deputados do Partido Socialista apresentarão uma declaração de voto.

Srs. Deputados, vamos agora ver quais são as próximas audições e a calendarização dos nossos trabalhos.

Faltam duas audições para concluirmos o eixo norte-sul, veremos as datas em que as mesmas se poderão realizar na próxima semana; depois, continuaremos com Metro Sul do Tejo, Brisa e Alta Velocidade Poceirão-Caia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, certamente por lapso meu, e também ainda não temos as atas para o comprovar, não entendi que tínhamos o prazo até segunda-feira para apresentar nomes para Oeste e Brisa, mas apenas para Metro Sul do Tejo e Alta Velocidade.

Portanto, aceitamos que já tenham sido apresentadas propostas, mas pedíamos dois ou três dias para também apresentarmos nomes para as concessões Brisa e Oeste e que esses sejam votados numa futura reunião.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, penso que é oportuno repescarmos a proposta que o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, do Bloco de Esquerda, fez individualmente a cada um dos grupos — pelo que percebi, visto que os Srs. Deputados Rui Paulo Figueiredo e Hélder Amaral já referiram isso — e que tem a ver com a metodologia a adotar relativamente às futuras marcações, para ver se antecipamos algumas situações e se as audições que vamos fazer são todas proveitosas, o que nem sempre tem acontecido.

A proposta que o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares fez ao PSD e que mereceu a nossa concordância — na sua ausência vou aproveitar para partilhar, embora, como referi, todos a saibamos — tem a ver com o seguinte: nesta fase, poderíamos fechar as audições para o Metro Sul do Tejo, ou seja, seriam hoje objeto de discussão os respetivos nomes; e, quanto a todos os outros nomes que estão indicados, que o PSD e o CDS propuseram e que o próprio PS propôs só para a Alta Velocidade, seria enviado o inquérito indicativo, para depois, em função das respostas, termos a noção sobre se vale ou não a pena chamar aquela pessoa. É que já aqui tivemos algumas audições em que por vezes a função que a pessoa desempenhou, depois, não tem a correspondência prática com o desencadear de todo o processo negocial da própria PPP.

Desta forma, penso que poderíamos fazer aqui o dois em um, ou seja, calendarizávamos as próximas semanas com a PPP Metro Sul do Tejo e, ao longo deste tempo, à medida que íamos recebendo as respostas aos inquéritos indicativos, veríamos se faz ou não sentido chamar todas as pessoas que os vários partidos propõem.

Tomo como boa a proposta do Bloco de Esquerda e deixo à consideração dos colegas esta metodologia: decidir os nomes quanto ao

Metro Sul do Tejo e todos os outros recebem o inquérito e depois logo avaliaremos — isto enquanto o Partido Socialista não entrega os nomes para as outras concessões, porque o que tinha ficado combinado era enviarmos os nomes para as quatro concessões que estão em falta.

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado, embora me quer parecer que podemos já decidir quanto àqueles que sejam ouvidos e que possam ter que ver com outras concessões. Mas depois vemos isto em concreto. Aliás, temos já o primeiro caso que é o Prof. António Mendonça que vai ser ouvido amanhã sobre três PPP.

Assim, na próxima semana, fechamos o eixo norte-sul.

Na terça-feira há umas jornadas parlamentares, mas temos quarta, quinta e sexta-feiras. Na quarta-feira, apesar de eu ter alguma dificuldade devido a um debate em Plenário e também a partir das 20 horas, creio que entre todos encontraremos forma de assegurar o funcionamento da Comissão.

Portanto, vamos tentar ouvir o Dr. António Mexia na quarta-feira, dia 10, pelas 17 horas e 30 minutos, e o Eng.º Mário Lino no dia 11, às 17 horas e 30 minutos. Caso haja alguma dificuldade de datas ou algum dos inquiridos coloque alguma objeção, poderemos ponderar outras datas, mas para já ficamos assim.

Depois, passando a uma fase seguinte, relativamente ao Metro Sul do Tejo estamos em condições de fazer o elenco das personalidades a quem enviaremos o questionário indicativo.

Assim, temos como propostas coincidentes (mais uma vez, vou omitir os títulos académicos) os seguintes nomes: Manuela Ferreira Leite, Luís Valente de Oliveira, José Luís Cardoso de Menezes Brandão e Ana Paula Vitorino. São nomes consensuais.

Para além destes, o PSD e o CDS propõem João Cravinho, Teresa Valente e Ana Pereira de Miranda e o PS propõe Marco Aurélio de Sousa Martins e Ana Pereira de Miranda que coincide com a proposta do CDS.

Pergunto se há alguma objeção a algum destes nomes. Não havendo, enviaríamos questionários indicativos a todos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, talvez me tenha explicado mal ou tenha percebido mal, porque a ideia não era enviar o inquérito indicativo, mas fecharmos já as audições. Para ao Metro Sul do Tejo alinharíamos como fizemos até agora, mas quanto às outras... É que senão perdemos tempo. Como têm 10 dias para responder, podemos correr o risco de ter umas semanas sem audições.

O Sr. **Presidente**: — Para o Metro Sul do Tejo ainda vamos ter audições, e para as outras também poderemos ter.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, se pudesse, gostaria de justificar um pouco o enquadramento.

O Sr. **Presidente**: — Faz favor.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Penso que as diferenças que existem entre a nossa proposta e a proposta do PS, *grosso modo*, têm a ver com o facto de seguirmos aquele critério dos vários *players* que poderiam vir ou não, com o risco que já percebemos, por algumas das audições que fizemos com a Fertagus, que existe. Ou seja, temos, de facto, o regulador, que não está presente na proposta do PS, com a Ana Pereira de Miranda, e

também o sindicato bancário da CaixaBI com a Teresa Valente. Hoje já tivemos a oportunidade de ouvir Humberto Pedrosa e também de discutir um pouco o Metro Sul do Tejo.

Pela nossa parte, não fazemos nenhuma questão em manter, até porque qualquer esclarecimento adicional pode ser feito por escrito. Mas não sei, é uma consideração, se assim entenderem. O PS também não o propôs. São sobretudo estas diferenças.

Propomos o Eng.º João Cravinho, porque teve, de facto, um papel importante na fase do arranque da própria concessão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Não percebi bem, tal como o Sr. Presidente não tinha percebido inicialmente, qual é a diferença de critério entre uma parceria público-privada e outra. Pensei que íamos mandar o questionário escrito para todos e depois avaliávamos.

Como ainda estamos a calendarizar as audiências da Fertagus, se amanhã enviarmos o questionário para toda a gente e se desta vez todos cumprirem os 10 dias, acho que estamos em condições de poder deliberar depois quem queremos ouvir para o Metro Sul do Tejo e para a Alta Velocidade.

Tinha até percebido, da proposta do Sr. Deputado Emídio Guerreiro — seria um momento raro de concordância nesta reunião —, que nem sequer iríamos estar a discutir os nomes, ou seja, que todos os nomes propostos por todos os partidos iriam já receber o questionário por escrito e depois, sim, ponderaríamos, consoante as respostas, as audições a fazer.

O Sr. **Presidente**: — Pelo que presumi agora, da intervenção do Sr. Deputado Emídio Guerreiro, esse método só será usado depois das audições sobre o Metro Sul do Tejo.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, a ideia era exatamente evitar aqui vazios, ou seja, assumiríamos a metodologia que utilizámos até agora com a Fertagus. E recordo que definimos sete áreas de interesse em cada uma das PPP a ser questionada: os decisores políticos, as pessoas do contrato, o sindicato bancário, o regulador, etc. Assim, manteríamos esse figurino, que foi o que usámos para a Fertagus, para o Metro Sul do Tejo.

Isto porquê? Porque neste momento faltam duas audições para concluir o processo da Fertagus e tenho receio que, com este prazo de 10 dias, mesmo enviando o questionário indicativo hoje, possamos correr o risco de não ter nenhuma audição marcada não para esta, mas para a próxima semana. Assim, se assumíssemos que usaríamos exatamente os mesmos critérios da Fertagus para o Metro Sul do Tejo, teríamos a certeza de que garantiríamos audições em contínuo; ou seja, fecharíamos agora com António Mexia e Mário Lino e seguíamos para o Metro Sul do Tejo. De outro modo, podemos correr o risco de as pessoas não responderem ou responderem só no final dos 10 dias, passa a semana toda e não temos audição nenhuma.

É, contudo, um risco que aceito partilhar com todos os membros da Comissão. A questão do risco é muito discutida nestas audições. O PSD não faz finca-pé nenhum que seja assim. Pensamos, no entanto, que podia ser uma questão operacional. Não há aqui nenhum desvio ao que estava combinado; bem pelo contrário, seria manter o que estava combinado para o Metro Sul do Tejo e depois, sim, adotar a proposta do Bloco de Esquerda

para filtrarmos algumas das audições daí para a frente. Deste modo, arrancamos em contínuo.

Porém, se for vontade da Comissão mandar os questionários a toda a gente... É uma pergunta que eu deixo ficar aos colegas, porque corremos o risco de haver uma semana sem audições.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, eventualmente, podemos correr esse risco, mas acho que otimizávamos os nossos trabalhos, porque, pelo que pressupus da proposta do nosso colega do Bloco de Esquerda, logo que recebêssemos os contributos escritos, quando marcássemos as audições presenciais, já seria para mais do que uma PPP. Ou seja, já tínhamos visto como se justificava, eventualmente teríamos de ajustar um pouco a grelha, mas ganhávamos em tratar várias PPP ao mesmo tempo. Assim, o que eventualmente podíamos perder — e estou em crer que muitas das entidades que vão receber o questionário por escrito vão responder dentro do prazo, se o enviarmos logo — ganhávamos depois marcando rapidamente o nosso calendário e, se se justificar, para mais do que uma PPP.

O Sr. **Presidente**: — Aliás, se enviarmos os questionários até quinta-feira, dia 4, o prazo de 10 dias corre até dia 15, segunda-feira, e não faríamos audições novas, para além das que já estão marcadas, antes de 16. Portanto, temos tempo.

Ora bem, então, vamos fazer o seguinte: assentar os questionários que vão ser enviados, ver as personalidades a quem vamos enviar e sobre

que PPP vão ser inquiridos. Assim, Manuela Ferreira Leite vai ser inquirida sobre Metro Sul do Tejo; Luís Valente de Oliveira sobre Metro Sul do Tejo; José Luís Cardoso de Menezes Brandão...

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão em termos de operacionalidade?

O Sr. **Presidente**: — Pode e agradeço.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Acho que talvez seja melhor usar o método ao contrário, ou seja, das listas propostas por todos os partidos ver se há alguma obstaculização ou algum nome em concreto.

Nós, Partido Socialista — resolvendo já —, votamos favoravelmente todas as propostas: as nossas, as do PSD e as do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Então, nesse caso, vamos só ver quais são as que o PS propõe.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, queria apenas concordar com esta proposta do Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo. Ou seja, os nomes foram todos entregues e por nós estão todos válidos. É só uma questão de os próprios serviços cruzarem e ver onde é que eles se repetem nas diferentes PPP e fazer o ofício. Assim, poupávamos trabalho neste momento aos serviços, que precisam de tempo fora da Comissão para poder preparar isto.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Então, é só suprimir as repetições e indexar as pessoas às PPP respetivas.

Srs. Deputados, tenho aqui uma dúvida: está escrito Rui Vilaça e Moura e Raul Vilaça e Moura, penso que ou são irmãos ou é um lapso.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — É Raul.

O Sr. **Presidente**: — É Raul Vilaça e Moura.

Srs. Deputados, estou em crer que esta reunião está a ser mais rápida do que eu esperaria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo. Não me desminta, por favor.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, dando por boa a sua conclusão de que a reunião está a ser rápida e a chegar ao fim, gostaria de saber, em relação à audição do ex-Ministro António Mendonça, quais as três PPP, em concreto, sobre que o vamos inquirir.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Prof. António Mendonça será ouvido sobre o eixo norte-sul, o Metro Sul do Tejo e a Alta Velocidade Poceirão-Caia. São estas três.

Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, confesso que, provavelmente, quem entendeu mal este ponto fomos nós, porque não ficámos com a perceção de que o Sr. Prof. António Mendonça viria amanhã já para as três concessões mas, sim, para discutir Fertagus e Metro Sul do Tejo, que foi o que fomos conversando. É que ainda nem definimos as pessoas para ouvir na outra... Senão, temos de rearranjar a agenda, porque

estamos a falar da própria ordem do dia. Penso que a grelha de tempos tem também de ser acertada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Há aqui um momento raro de concordância. Tínhamos exatamente o mesmo entendimento que o Sr. Deputado Emídio Guerreiro acabou de expressar, mas não suscitei a questão, porque não estava a querer ser acusado de qualquer tipo de manobra dilatória. Tínhamos inclusive interpretado que viria só para a Fertagus.

O conversamos entre todos, ainda que sem aprofundar a conversa, foi que daríamos por boa a sugestão da inquirição por escrito e que depois veríamos várias PPP em conjunto — e aí, eventualmente, teríamos de ajustar a grelha à audição da mesma pessoa sobre várias PPP.

A minha sugestão é que amanhã nos limitemos à Fertagus com a grelha atual.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, sendo assim, se há consenso sobre isso, vamos enviar um *e-mail* ao Prof. António Mendonça dizendo que amanhã será apenas ouvido sobre a Fertagus. Depois, levará um questionário para casa, que até pode ser entregue em mão, para se pronunciar por escrito, ou seja, leva um trabalho para casa para entregar nos próximos 10 dias sobre as demais parcerias público-privadas. É uma audição com prova escrita e prova oral.

Risos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero apenas concordar com a sugestão, sendo certo que convém avisar já o ex-Ministro António Mendonça que, no que toca à Alta Velocidade, com resposta por escrito ou outro método que ele entenda mais imaginativo, proporemos a sua audição em Comissão.

O Sr. **Presidente**: — É um direito, Sr. Deputado.

De qualquer forma, isso não altera a deliberação no sentido de que amanhã a audição é só sobre a Fertagus.

O Sr. Deputado amanhã não se atreva a fazer perguntas sobre a Alta Velocidade, porque retirar-lhe-ei a palavra de imediato em nome da declaração que acaba de fazer.

Srs. Deputados, não havendo mais nenhuma questão, concluimos os nossos trabalhos por hoje. Amanhã, às 17 horas e 30 minutos, teremos a audição do Prof. António Mendonça sobre o eixo norte-sul.

Está encerrada a reunião.

Eram 16 horas e 58 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.